



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes**  
**Setor de Eletricidade**

Resposta ao pedido de Impugnação referente ao Pregão nº 012/2021  
Processo nº 1812/2021.

Em 11 de março de 2021

Segue resposta à Eletro Zagonel LTDA:

- Optamos o uso da tecnologia SMD, sem restringir a competitividade no certame. A ampla concorrência não pode ser tomada isoladamente, mas interpretada conjuntamente com outros importantes princípios, tais como: Razoabilidade, Proporcionalidade e Eficiência nas contratações. Sendo assim, foram examinados os seguintes pontos:

1- É preciso considerar o custo total de um sistema de iluminação, desde sua especificação, instalação, manutenção até a sua substituição, quando deixarem de funcionar adequadamente. Com isso em mente, a tecnologia SMD, com vida útil de 100.000 horas é muito mais vantajosa que a tecnologia COB com de 66.000 horas.

2- Este setor, pesquisando grandes fornecedores de luminárias públicas como Tecnowatt, Ilumatic, Schröder e Unicoba, constatou que nenhum deles utiliza a tecnologia COB para seu produtos de iluminação pública.

3- A Rioluz, empresa pública responsável por gerir, planejar, manter e modernizar o sistema municipal de iluminação pública na cidade do Rio de Janeiro, não tem em sua *Relação de Materiais e Fabricantes Homologados*, nenhuma luminária com tecnologia COB.

4- A BHIP, responsável pela modernização e pela manutenção de todo o sistema de iluminação pública de Belo Horizonte, no documento *BHIP – 001/17*, intitulado *Padrão de luminárias Led para iluminação pública de BH*, não apresenta, como modelo, nenhuma luminária com tecnologia COB.

5- O Selo Procel de Economia de Energia (ou simplesmente Selo Procel), que tem como finalidade ser uma ferramenta simples e eficaz que permite ao consumidor conhecer, entre os equipamentos e eletrodomésticos à disposição no mercado, os mais eficientes e que consomem menos energia, em sua lista *Luminária Led para Iluminação Pública*, não possui nenhum produto com tecnologia COB.

Pelo que foi exposto acima, a escolha de adotar a tecnologia Led SMD terá impacto positivo ao município. Pois, aumentando a vida útil de todo o parque de iluminação pública, induz a uma redução com os custos de manutenção do mesmo, uma vez que as luminárias Led, com tecnologia SMD, tem vida útil maior.

- Ao fixar a potência das luminárias, garante-se que o fluxo luminoso seja sempre satisfatório. Sendo assim, as luminárias deverão seguir a potência especificada, com o fluxo luminoso podendo ser maior.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes**  
**Setor de Eletricidade**

- Com a evolução da tecnologia Led, a expectativa de vida útil dos equipamentos cresce. A Portaria 20 do INMETRO, de 15 de fevereiro de 2017, no parágrafo B.6.2, regulamenta tais ensaios para especificar a manutenção do fluxo luminoso, determinando a expectativa MÍNIMA de 50.000 horas. Na Opção 2, parágrafo B.6.2.2, Tabela 7, mostra a Vida Nominal Declarada e a Manutenção do Fluxo Luminoso Mínima a 6.000 horas. Fabricantes de luminárias com tecnologia SMD de qualidade comercializam produtos com longa vida útil.

- O parágrafo A.5.5, da Portaria 20 do INMETRO, de 15 de fevereiro de 2017, diz:

**A.5.5 Proteção contra impactos mecânicos externos**

As luminárias devem possuir uma resistência aos impactos mecânicos externos correspondente, no mínimo, ao grau de proteção IK08, segundo a norma ABNT NBR IEC 62262. Após a aplicação dos impactos, as amostras não devem apresentar quebras ou trincas ao longo de sua estrutura.

A portaria impõe, NO MÍNIMO, IK08. A exigência do IK09 foi pensando em nossa realidade local, quanto à rede da concessionária, que está constantemente sofrendo alterações, expondo os equipamentos de iluminação pública.

- A Portaria 20 do INMETRO, de 15 de fevereiro de 2017, diz:

Art. 16. A partir de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os estabelecimentos que exercerem atividade de distribuição ou de comércio deverão vender, no mercado nacional, somente luminárias para iluminação pública viária em conformidade com as disposições contidas nesta Portaria.

Portanto, para a comercialização de luminárias públicas Led, em território nacional, faz-se obrigatória a certificação do referido órgão. Qualquer luminária pública, que não seja certificada, não condiz com a legislação vigente no país e, consequentemente, não será aceita.

Atenciosamente,

Dalton Ferreira Salema  
Chefe da Divisão de Serviços de Eletricidade  
Matrícula 1243